



***RESISTÊNCIAS E RESSIGNIFICAÇÕES DE VIVÊNCIAS DE RACISMO:
FORMAÇÃO CRIATIVA EM PESQUISA-DOCUMENTÁRIO***

***RESISTENCIAS Y RESIGNIFICACIONES DE EXPERIENCIAS DE
RACISMO: FORMACIÓN CREATIVA EN INVESTIGACIÓN-VÍDEO-
DOCUMENTAL***

***RESISTANCE AND RESIGNIFICATIONS OF RACISM EXPERIENCES:
CREATIVE TRAINING IN DOCUMENTARY-RESEARCH***

Eliane Alves¹

Ronaldo Gomes-Souza²

Valexa Moraes de Barros³

Lilianny Carvalho de Oliveira Costa⁴

Mariana Rosa Rocha da Silva⁵

RESUMO

O objetivo deste artigo é compartilhar as vivências de uma mulher negra e sua trajetória de resistências e ressignificações de racismo, no processo de formação criativa na disciplina de pós-graduação em psicologia, focada em subjetividade e pesquisa-documentário, a partir de uma construção coletiva, democrática, ético-política e transdisciplinar. Trata-se de relato de experiência, de abordagem qualitativa, apropriando-se da linguagem audiovisual, mediado por Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), cujo resultado tem potencial para Tecnologias Educacionais e Sociais (TES). Participaram da experiência 16 sujeitos. Os resultados detalham os avanços teórico-metodológicos, técnicos, tecnológicos, reflexões e críticas do processo criativo oportunizado na disciplina, aprofundando nas dinâmicas de ressignificações e resistências sobre as vivências de racismo. Conclui-se que foi uma experiência exitosa pois enriqueceu a formação, ampliando o conhecimento e práticas de todos os envolvidos no processo de se fazer e divulgar ciência, dando mais visibilidade para as questões políticas e psicossociais do racismo.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Ético-político. Audiovisual. Psicossocial.

¹ Graduação. Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM, Brasil.

² Doutorado (com Pós-doutorado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM, Brasil.

³ Mestrado. Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM, Brasil.

⁴ Mestrado. Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM, Brasil.

⁵ Graduanda. Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM, Brasil.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es compartir las experiencias de una mujer negra y su trayectoria de resistencia y resignificación del racismo, en el proceso de formación creativa en la disciplina de posgrado en psicología, centrada en la subjetividad y la investigación documental, a partir de una construcción colectiva, democrática, ético-política y transdisciplinar. Se trata de un relato de experiencia, con enfoque cualitativo, utilizando el lenguaje audiovisual, mediado por las Tecnologías de la Información y la Comunicación Digital (TDIC), cuyo resultado tiene potencial para las Tecnologías Educativas y Sociales (TES). En el experimento participaron 16 sujetos. Los resultados detallan los avances teórico-metodológicos, técnicos, tecnológicos, ahondando en las dinámicas de resignificaciones del racismo. Se concluye que fue una experiencia exitosa ya que enriqueció la formación, ampliando los conocimientos de todos los involucrados en el proceso de hacer y difundir ciencia, dando más visibilidad a las cuestiones políticas y psicosociales del racismo.

PALABRAS-CLAVE: Racismo. Ético-político. Audiovisual. Psicossocial.

ABSTRACT

The objective of this article is to share the experiences of a black woman and her trajectory of resistance and resignifications of racism, in the process of creative training in the postgraduate discipline in psychology, focused on subjectivity and documentary-research, based on a collective, democratic, ethical-political and transdisciplinary construction. This is an experience report, with a qualitative approach, appropriating audiovisual language, mediated by Digital Information and Communication Technologies (DICT), whose result has potential for Educational and Social Technologies (EST). Sixteen subjects participated in the experience. The results detail the theoretical-methodological, technical, technological advances, reflections, deepening the dynamics of resignifications and resistance to the experiences of racism. It is concluded that it was a successful experience because it enriched the training, expanding the knowledge and practices of all those involved in the process of making and disseminating science, giving more visibility to the political and psychosocial issues of racism.

KEYWORDS: Racism. Ethical-political. Audiovisual. Psychosocial.

* * *

Introdução

As vivências de racismo são marcadas por diferentes fontes de sofrimento. Nesse processo, são muitas as experiências de menosprezo, desqualificação, inferiorização, que são ainda mais intensificadas, por uma outra interseccionalidade: a de gênero. Assim, histórica e culturalmente, no Brasil, mulheres negras são mais vulneráveis a desvantagens político-econômicas e psicosociais, causando sentimentos de angústia, impotência, entre outros, impactando negativamente em diferentes espaços que ocupam e diferentes

oportunidades nas suas trajetórias educacionais e de trabalho. Portanto, para lidar com as singularidades e violências que envolvem o racismo contra mulheres negras, é preciso formação e ações sensíveis a tamanha complexidade. Eis que apresentamos a formação em pesquisa-documentário; uma alternativa criativa e contra-hegemônica que articula o tripé ensino, pesquisa e extensão, mediado por Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), com atividades democráticas, coletivas e transdisciplinares.

Defendendo a linguagem audiovisual enquanto método, na psicologia, Ronaldo Gomes-Souza, Cláudia Regina Brandão Sampaio e Marcelo Claudio Tramontano (2024) contribuem no avanço de práticas não tradicionais, capazes de sensibilizar sobre demandas peculiares de diferentes comunidades. Nos seus estudos, apresentam o audiovisual, nos moldes do documentário, enquanto um locus de mediação para lidar e reconhecer a cosmologia indígena, ressaltando e protagonizando os saberes das comunidades, de forma dialógica com a academia. Assim, a história, a cultura, vez e voz das comunidades indígenas, por exemplo, ganham outros espaços, para além do acadêmico, somando forças em uma perspectiva decolonial e democrática.

Gabriella Masulo Gomes, Gabriela da Silva Dias Costa e Maria Carollina Padilha Montenegro Reis (2024) vão ao encontro da defesa do audiovisual enquanto método, desenhando a pesquisa-documentário. Trata-se de um método criativo de se fazer e divulgar ciência, a partir de filmagens, usando câmeras e TDIC, com potencial didático-pedagógico e social e, portanto, podendo ser Tecnologia Educacional e Social – TES – (Wesquisley Vidal De Santana; Luiz Sinésio Silva Neto; Neila Barbosa Osório, 2021). Isso se dá porque os envolvidos no projeto podem usar seus próprios recursos e saberes e o vídeo, enquanto produto final das interações, torna-se um material capaz de instruir, orientar e causar reflexões sobre a proposta apresentada nas telas.

Neste sentido, Gilson Goulart Carrijo, Emerson Fernando Rasera e Flávia B. Teixeira (2021) ressaltam o compromisso ético-político necessário para essas interações intersubjetivas entre os envolvidos. Ético porque o sujeito deve consentir sua participação e todos os cuidados prescritos na legislação vigente (Brasil, 2024). E, para além da formalização ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, é critério de inclusão o participante querer que sua imagem seja videogravada e o que e sua fala/narrativa vai ao encontro de uma causa política. Temos, então, no formato audiovisual, por meio das TDIC, a possibilidade de alcance de outras comunidades, não se restringindo à comunidade acadêmica. Assim, as vivências e resistências sobre o racismo, em especial

com mulheres negras, ganham outros contornos e dimensões, com a proposta da pesquisa-documentário, sendo preciso, antes de aprofundar em tal proposta metodológica, demarcar algumas considerações sobre o racismo.

Diferentemente do pensamento que entende o racismo como uma ideologia ou como uma superestrutura resultante das relações econômicas, a ideia de "colonialidade" propõe que o racismo se define como um "princípio organizador ou uma lógica estruturante" não só das configurações sociais como também das relações de poder da modernidade (Ramón Grosfoguel, 2019, p. 59).

Bruno Cardoso de Menezes Bahia, Felipe Horácio Valente de Lucena Santana e Marcilene Dutra Simplício (2023) apontam que o racismo é incorporado e institucionalizado nas estruturas legais que influenciam a formação e a conduta dos indivíduos. Assim, o racismo estrutural pode ser compreendido como uma continuidade do colonialismo, caracterizando-se como um fenômeno em que a discriminação racial está enraizada na estrutura social e, conseqüentemente, é reproduzida por diversas instituições, como a educação, a política, a economia e sistema jurídico.

O racismo, portanto, é um mecanismo de dominação baseado em um processo complexo que estabelece distinções claras entre diferentes grupos sociais, atribuindo-lhes posições hierárquicas e subjugando aqueles considerados ideologicamente inferiores, ao mesmo tempo em que garante privilégios evidentes aos que são vistos como superiores (Eliane Silvia Costa; Ianni Regia Scarcelli, 2016).

Historicamente, a partir do século XVI, foi desenvolvido um processo sistemático de criação de uma suposta identidade negra, vinculada à ancestralidade africana e marcada por características negativas como a agressividade, bestialidade, preguiça, descontrole, baixeza, não-civilidade, periculosidade, com o objetivo de consolidar a ideia de uma raça inferior (Mônica Mendes Gonçalves, 2021).

Esse processo histórico se reflete no fato de muitas pessoas não se identificarem como negras e, em vez disso, se autodeclaram como pardas, mas sem reconhecerem-se enquanto negras. No Brasil, a identidade racial parda é marcada por uma complexidade que gera ambigüidades, sendo tanto negada quanto afirmada em diferentes situações. Essa característica é considerada uma das expressões mais emblemáticas do racismo à brasileira, o que reflete as nuances presentes na construção racial do país (Eliane Silvia Costa; Lia Vainer Schucman, 2022).

Combater o racismo implica enfrentar os fundamentos do sistema capitalista. Assim, a luta contra o racismo estrutural e institucional, que determina, desde antes do nascimento, a posição na classe trabalhadora com base em critérios de raça e cor, exige o reconhecimento de que a exclusão da população negra está diretamente relacionada à inclusão da população branca (Márcia Campos Eurico, 2021).

Por isso, a luta antirracista deve ser travada de forma cotidiana, contínua e incansável, abrangendo todos os espaços da sociedade. Esse esforço não deve ser responsabilidade apenas de pessoas negras, é essencial que as pessoas brancas também compreendam e assumam seu papel nessa luta. Dessa forma, a luta antirracista apresenta o potencial de desconstruir a ideia de que escravização e pobreza são decorrências naturais atribuídas à raça. Ela tem o desafio de questionar e combater o modelo meritocrático capitalista e, principalmente, a concepção da ideologia do embranquecimento como sinônimo de representação de progresso e desenvolvimento (Jaqueline Botelho, 2019).

Todo esse cenário de prejuízos causados pelas violências do racismo é agravado para as mulheres negras. Nos estudos de Sueleen Tháisa Henrique Souza *et al.* (2024) e Lélia Gonzalez (2020), mais especificamente na história da América Latina, as mulheres negras são tidas como as vigas sustentadoras por serem responsáveis pelo sustento, organização e cuidados para com a suas famílias e comunidades, desempenhando, muitas vezes, atividades de cuidado e trabalho doméstico nas famílias alheias. Nesta dinâmica, incorporado pelo racismo velado, torna-se ainda mais difícil tanto a identificação de ações discriminatórias por essas mulheres negras, quanto a percepção das desigualdades políticas, econômicas e sociais. E isso se dá porque, além do racismo, outras violências, como o sexismo, por exemplo, podem integrar esse processo.

Esse relato de experiência é fruto de uma formação em uma disciplina de pós-graduação em psicologia da região norte do Brasil, focada nas relações intersubjetivas dos envolvidos e pesquisa-documentário, oportunizando a construção de material audiovisual, no intuito dar mais visibilidade política para os projetos. Assim, o objetivo deste artigo é compartilhar as vivências de uma mulher negra e sua trajetória de resistências e ressignificações de racismo, no processo de formação criativa na disciplina, da construção coletiva, democrática, ético-política e transdisciplinar da pesquisa-documentário.

Método

Nosso manuscrito está estruturado conforme as orientações de Ricardo Franklin de Freitas Mussi, Fábio Fernandes Flores e Claudio Bispo de Almeida (2021) sobre relato de experiência, que ressaltam que tal forma de comunicar trabalhos científicos é imprescindível para difusão de vivências no âmbito do tripé da universidade – ensino, pesquisa e extensão – bem como para a ampliação do conhecimento acadêmico e dos subsídios para a prática profissional, promovendo reflexão crítica sobre as atividades realizadas, abordando o campo teórico e objetivo; materiais e método; diálogo entre o relato e a literatura, dificuldades, potencialidades; considerações finais e referências.

Dessa forma, esse relato de experiência foi embasado em uma disciplina de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em psicologia, na região Norte do Brasil. A disciplina foi pensada para atender lacunas e demandas na formação dos estudantes, a partir de práticas criativas e inovadoras na área, ancoradas não somente no ensino, mas também que avançasse teórico-metodologicamente em pesquisa, capaz de estender as interações para além dos muros da universidade, para outras comunidades não acadêmicas, portanto, avançando ético-politicamente na extensão. Eis que foi proposta e desenvolvida uma disciplina a partir da expertise de um professor do programa que concretizou e validou o audiovisual como método, contribuindo com uma disciplina para lidar com tal demanda focada nos processos subjetivos dos envolvidos e a pesquisa-documentário.

No que diz respeito à subjetividade, na perspectiva da abordagem histórico-dialética, o ‘sujeito’ é visto como um ser social e histórico, que simultaneamente é produto e produtor do contexto em que vive. Para compreender como o sujeito e como ele constitui a sua subjetividade, a partir das relações sociais que este estabelece, especialmente aquelas mediadas pela linguagem, e considerar, também, as múltiplas dimensões históricas, culturais, políticas e econômicas que a integram sua subjetividade (Maria Fernanda Diogo; Kátia Maheirie, 2007). A subjetividade pode ser entendida como um sistema que integra aspectos internos e externos, abrangendo tanto a dimensão social quanto individual, e cuja sua origem é também essencialmente social. Ela supõe uma nova representação teórica, na qual as dimensões internas e externas não são mais excludentes, e se tornam constitutivas de uma nova qualidade do ser denominada de subjetivo (Fernando González Rey, 1997).

Para Ana Mercês Bahia Bock, Odair Furtado e Maria de Lourdes Trassi Teixeira (2008) a subjetividade é a síntese que se forma de maneira singular e individual conforme as pessoas se desenvolvem e vivenciam experiências sociais e culturais. Ela representa o conjunto de ideias, significados e afetos que o sujeito constrói psiquicamente com base em suas relações sociais, vivências e constituição biológica. Neste contexto, os afetos são descritos como uma parte fundante que constitui nossa subjetividade, dando significados e sentidos à vida e à conduta de cada indivíduo. Eles podem ser produzidos a partir de um estímulo externo (meio físico e social), e se manifestam nas nossas memórias (afetivas), nos sonhos, desejos, expectativas, fantasias, gestos, palavras, no que pensamos e fazemos (Bock; Furtado; Teixeira, 2008).

Já a pesquisa-documentário consiste em várias processos e procedimentos técnicos, estéticos e tecnológicos, que envolvem filmagens/videograções por câmeras, de forma coletiva, democrática e transdisciplinar, com cuidados ético-políticos ancorados em práticas de ensino, pesquisa e extensão, articulando interesses acadêmico-científicos e se apropriando da linguagem artística (cinema documentário) do universo audiovisual. Não se trata nem de uma pesquisa tradicional, na abordagem qualitativa, na qual os pesquisadores interagem com os sujeitos, perguntam o que planejam/desejam nos seus instrumentos (formulários, questionários, entrevistas) e manipulam os dados para provar, refutar, complementar, ampliar, discutir (entre outros) uma tese, nem da produção de um documentário propriamente dito, no qual o resultado final vai ao encontro dos interesses artísticos e/ou comerciais (entre outros) do diretor e/ou da sua equipe: é algo diferente que combinam ambos, em uma nova perspectiva (Gomes; Costa; Reis, 2024).

É coletivo porque todos da disciplina compartilham seus saberes, opiniões, experiências e há uma troca de ideias, sugestões, toques estéticos, técnicos e éticos. É democrático porque há uma horizontalização do poder: todos têm vez e voz. É transdisciplinar porque envolve a articulação da academia, com o Estado e a sociedade, abrigando e tecendo, portanto, métodos, procedimentos, teorias e saberes de diferentes instituições, cidadãos e comunidades. Na pesquisa-documentário há duas figuras ou papéis básicos: 1- a do pesquisador-documentarista, aquele que tem formação básica em pesquisa com seres humanos e possui uma formação e prioridade da ação pautado na ciência; e documentarista por se apropriar da linguagem audiovisual, com precauções ético-políticas específicas; 2- sujeito-personagem: é o sujeito de pesquisa que, quando vai para as telas que, no mundo audiovisual, se torna personagem devido às representações

de sua subjetividade/identidade que são gravadas, editadas e montadas (Sara Evelyn Mota da Silva; Ronaldo Gomes-Souza; Sérgio Sócrates Baçal de Oliveira, 2025).

Ético-político, indo além das prescrições de consentimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e/ou o Termo de Cessão de Uso de Imagem (TCUI) da Lei 14.874, sobre pesquisas com seres humanos (Brasil, 2024). O cuidado ético é processual e não se reduz ou se resume na assinatura dos termos e uma interação para usar as informações que são necessárias para a pesquisa. E sim são múltiplas interações nas quais os sujeitos-personagens e os pesquisadores-documentaristas revisitam e reavaliam os consentimentos, quantas vezes for necessário, até se chegar a uma proposta final de edição dos materiais videogravados aprovada por todos. Político porque os projetos possuem uma perspectiva decolonial, contra-hegemônica, de dar visibilidade para demandas de direitos de diferentes comunidades/questões psicossociais que são silenciadas, apagadas, menosprezadas, desqualificadas, deslegitimadoras, inferiorizadas. Aqui, abrimos um espaço de fala/escuta para as narrativas das minorias sociais (que, ironicamente, de minoria só tem o nome), ressaltando a importância histórica, cultural, político-econômica e psicossocial dos sujeitos/temas filmados (Carrijo; Rasesa; Teixeira, 2021). Assim, há o potencial do audiovisual se tornar uma TES, “eternizando” o protagonismo dessas minorias, usando e reconhecendo os seus saberes, articulado com outros saberes, atendendo demandas diversas que constituem as realidades materiais e simbólicas dos sujeitos-personagens.

Os itens técnicos e tecnológicos são as especificidades das filmagens e estratégias para a correalização das pesquisas-documentários que requer o uso de câmeras que gravam áudio e vídeo, mediadas pelas TDIC. A videogravação é armazenada na nuvem (drive) e compartilhada por todos os envolvidos no projeto. Todos podem alimentar as pastas com fotos, áudios e outros materiais audiovisuais, podendo filmar, editar e montar vídeos para a composição da pesquisa-documentário. Para o planejamento, desenvolvimento, devolutiva e outras demandas são usados aplicativos e plataformas como o Whatsapp, Instagram, Facebook e outros. Para edição e montagem dos vídeos, podem ser vários, dentro dos recursos dos envolvidos, mas há aplicativos e plataformas gratuitas, como o CapCut. Para a devolutiva e divulgação dos materiais aprovados pelos envolvidos, também fica a critério, havendo plataformas gratuitas, como o Youtube.

Procedimentos, materiais e participantes

A disciplina teve carga horária de 60 horas, divididas por conteúdos programáticos que incluíam a formação teórico-metodológica, técnica, tecnológica e ético-política, a partir de aulas expositivas e dialogadas sobre textos e temas diversos sobre subjetividade, audiovisual nos moldes da pesquisa-documentário, rodas de conversas, exibição e debates sobre documentários, oficinas e workshops de filmagens, videoentrevistas, edição, montagem, armazenamento e administração de diferentes plataformas e aplicativos.

Participaram dessa pesquisa 16 sujeitos: 13 pesquisadores-documentaristas e 3 sujeitos-personagens (um professor/historiador, o marido e o filho da protagonista) A protagonista foi tanto pesquisadora-documentarista quanto sujeito-personagem e foi contabilizada somente uma vez enquanto uma das 13 pessoas que atuaram enquanto pesquisador-documentarista. A turma foi constituída pelo professor que, além de pesquisador-documentarista, também cumpriu com o papel de supervisor de todo o processo, e mais 12 estudantes, totalizando, na turma, 13 participantes (pesquisadores-documentaristas), e dividida por projetos com temas sobre demandas políticas diversas, resultando em 9 pesquisas-documentários, com a orientação de produção de curta-metragem (até 15 minutos): a experiência em questão é sobre racismo, outra sobre inclusão, outra sobre ribeirinhos, outra sobre trabalhadores migrantes venezuelanos, etc.

Todo material produzido em cada projeto tinha pasta própria no google drive, com acesso para todos da turma. Em cada projeto a sua própria pasta era compartilhada com os sujeitos-personagens, na qual todos poderiam entrar e inserir materiais diversos: vídeos feitos pelos sujeitos-personagens, fotos, edição e montagem de todos. Assim, não somente o pesquisador-documentarista tinha o controle do terceiro sujeito, isto é, a câmera. Os sujeitos-personagens poderiam filmar e participar de todo o processo: desde o planejamento, execução até a versão final a ser divulgada/publicada, sugerindo ou realizando mudanças, acréscimos, solicitando adaptações, retirada de algum material, vídeo, foto, podendo editar e integrar toda a construção, consentindo e participando em diferentes momentos.

A pesquisa-documentário em questão foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (número CAAE a ser divulgado se o artigo for aprovado). Foram entregues, em duas vias, aos participantes, a Carta de Apresentação, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Cessão do Uso de Imagem (TCUI), neles eram

informados o tema da pesquisa, o objetivo, a justificativa, os pesquisadores responsáveis, os benefícios do projeto, bem como os possíveis riscos (constrangimento ou desconforto em decorrência da temática e/ou do uso de sua imagem), além de como tais riscos poderiam ser minimizados.

A duração aproximada do material audiovisual é de 10 minutos, disponível em plataforma gratuita, narrando as vivências de uma mulher negra, carioca, que se muda para uma cidade da região norte do país e, com esse movimento não somente sua mudança de local ocorre, mas sim uma rede de novos sentidos e ressignificações sobre sua história são produzidos neste novo lugar, mostrando novas conquistas e trajetórias de resistências (segue o link da pesquisa-documentário/material audiovisual: <https://youtu.be/S-i5d-BFcxI>). O sujeito-personagem é protagonizado por uma estudante da turma, isto é, uma pesquisadora-documentarista, mulher e negra, que divide sua construção com outra integrante da turma que é local, para construção de imagens de apoio como cenários e ambientações da cidade, filmagens, controle de áudio, som, luz e aspectos teórico-práticos da proposta do projeto que era o racismo. Além disso, outros sujeitos-personagens negros integram as filmagens/fotos/imagens/áudios, contribuindo com recursos audiovisuais, enriquecendo e empoderando o lugar de fala da protagonista. Todo esse cenário possibilitou resultados e discussões para aprofundarmos mais sobre o racismo e a criatividade da formação em pesquisa-documentário, trazendo avanços científico-acadêmicos e psicossociais.

Resultados e discussão

Vivências de racismo e a formação em pesquisa-documentário: reflexões, ressignificações e resistências

É preciso refletir sobre o acesso de pessoas negras, especialmente de mulheres negras, nos espaços acadêmicos ao longo da história. Gonzalez (2020), menciona que mesmo com a elevação do nível de escolaridade da população brasileira, pessoas negras enfrentam dificuldades para acessar níveis mais altos do sistema educacional, e isso está relacionado ao fato desse grupo ser o menos beneficiário dos recursos da educação.

Vale salientar e problematizar a presença de apenas uma única pessoa negra na sala de aula desta experiência na disciplina de pós-graduação de uma universidade pública.

Essa situação não apenas expõe o cotidiano ao nosso redor, mas também revela a desigualdade racial enraizada na estrutura social. Tal cenário remete ao ‘mito da democracia racial’, um discurso que durante muito tempo foi, e ainda é propagado pela elite branca brasileira para ocultar as disparidades sociais e raciais existentes no país.

O mito de democracia racial foi uma narrativa utilizada para propagar e sustentar a falsa ideia de que Brasil era um país de democracia racial, no qual as oportunidades seriam iguais para todos, e aqueles que não alcançavam sucesso era considerados despreparados ou até mesmo incompetentes, ou seja, eles eram vistos como os responsáveis pelo próprio fracasso, e não a sociedade e as instituições (Cida Bento, 2022).

Para Nilma Lino Gomes (2005) o mito opera como uma base fértil para a perpetuação de estereótipos sobre pessoas negras e, ao mesmo tempo em que nega e mascara o racismo presente na sociedade, sustenta práticas discriminatórias e desigualdades raciais. Além disso, o mito da democracia racial, enquanto construção discursiva, utiliza casos pontuais de pessoas negras que alcançaram ascensão social como forma de validar a ideia de igualdade racial no Brasil, levando muitos a acreditar que, se o racismo existisse de fato, tais conquistas individuais não seriam possíveis.

Ao sustentar essa ilusão de igualdade, tal justificativa dificulta o enfrentamento do racismo estrutural. Essa retórica não apenas contribui para a marginalização da população negra, especialmente quando seus direitos são sistematicamente negados ou restringidos por mecanismos econômicos e políticos, mas também fortalece a presença do racismo em diversas esferas sociais e colabora para a invisibilização das vivências e realidades negras, frequentemente estigmatizadas nos meios de comunicação de massa (Jéssica Angélica de Melo Borges; Marcelo Máximo Purificação; Elisângela Maura Catarino, 2023).

O Racismo é uma realidade, e a sujeito-personagem enfrentou desafios na cidade onde nasceu (Rio de Janeiro), viveu, casou e teve filhos. Sabemos que os desafios fazem parte da vida e das trajetórias do ser humano, mas para uma pessoa negra, os obstáculos são ainda mais complexos. Ao chegar na cidade da região norte do país, em 2018, cuja população, aparentemente, não possuía fenótipos característicos de sua cidade de origem, ela foi surpreendentemente acolhida pela população, a ponto de realizar sonhos que estavam adormecidos.

A pesquisa-documentário desvelou, de forma oportuna, o movimento psíquico do sujeito-personagem (a protagonista) de retirar das gavetas um sonho, no qual estava abafado, de se realizar profissionalmente enquanto psicóloga. Esse desejo ecoava

ardentemente as palavras ouvidas desde a infância, de que não poderia ser, justamente por ser pobre, negra e nascida em uma comunidade no Rio de Janeiro.

Na sociedade brasileira, foram construídos estigmas que se originaram de atitudes carregadas de preconceitos contra a população negra, associando suas características a algo negativo ou inferior. Esses estigmas e estereótipos, construídos ao longo da história, abrangem desde características físicas, práticas religiosas e estilos musicais, o local de moradia até a (in)capacidade para certos tipos de trabalho e a (in)eficiência profissional (Marco Aurélio Paz Tella, 2018).

Crescer nesse contexto, marcado pela exclusão, estigmas e limitações, resultou tanto em fenômenos psicológicos, como a auto rejeição e a baixa autoestima, quanto no desenvolvimento de um forte instinto de sobrevivência. Mas apesar das dificuldades, era possível acreditar numa abertura ao mundo, à medida que fronteiras se abriram ou novas oportunidades eram convocadas por meio de persistentes lutas e resistências ancestrais.

Havia um sentimento de aprisionamento, por viver no “mundo de brancos”, onde frequentemente geram inseguranças profundas. Essas inseguranças foram enfrentadas e superadas ao longo do tempo, à medida que, naquela cidade, era possível ver o rompimento de algumas barreiras históricas. A ocupação de certos espaços reafirmava nossa presença – mulheres negras – e nossa competência, desafiando a normalização da ausência de mulheres negras em consultórios como profissionais.

Quando se refere à mulheres negras, a discriminação de sexo e raça faz com elas sejam o seguimento mais oprimido e explorado pela sociedade, o que acaba restringindo suas oportunidades de ascensão em diversas áreas de suas vidas, incluindo no aspecto educacional. Além disso, há uma articulação ideológica nas escolas, na qual as crianças são induzidas a idealizar o homem branco e de classe alta como um modelo a ser alcançado (Gonzalez, 2020).

Iniciamos a pesquisa-documentário com uma melodia envolvente – uma mistura de samba, funk e hip-hop – que levou o sujeito-personagem (a protagonista) às suas memórias das idas e vindas de metrô, do trabalho para casa e vice-versa. A música *A coisa está preta*, interpretada por MC Rebecca e Elza Soares (2020), que diz: "Quem não sabe de onde veio; Não sabe pra onde vai; Sou preta, favelada, abusada; E sou linda demais", imprime um grito de liberdade, um hino de empoderamento e resistência.

E, em consonância com as imagens da cidade acolhedora (Manaus), era como se o mundo fosse possível com todas as cores. Assim, como menciona Luiz Carlos Lucena

(2012) os documentários são considerados produções audiovisuais que registram fatos, personagens e situações baseadas no mundo real ou histórico, e têm como protagonistas os próprios sujeitos da ação. Ao produzir um documentário que envolve sujeitos do mundo real, busca-se informar o espectador, priorizando o conteúdo informativo.

Deste modo, percebemos que a pesquisa-documentário, mediado pelas TDIC, ao contar a história de vivências de uma mulher negra – carioca, atravessada pelo racismo desde a infância e atualmente residente na região norte com sua família –, evidencia que a academia está explorando uma nova forma abrangente, inclusiva e criativa, que busca integrar narrativas pessoais à produção científica, ampliando as perspectivas que compõem o conhecimento acadêmico.

A elaboração de um filme documentário como estratégia de pesquisa aborda questões interligadas de estética, ética e política, as quais requerem reflexões específicas. Diferente de uma narrativa baseada apenas em palavras, não desmerecendo a força e o impacto discursivo desse recurso, a narrativa baseada na produção de imagens, exige do pesquisador uma atenção meticulosa que vai além da simples solicitação e obtenção de autorização para o uso de imagens (Carrijo; Rasesa; Teixeira, 2021).

Trata-se de dar origem a um trabalho substancial e acessível a um público mais amplo, incluindo também pessoas menos familiarizadas com a temática, visando alçar novos tempos, contextos, locais e espaços, proporcionando a formação de consciência(s) crítica(s) e promovendo um diálogo mais próximo, profundo e sensível entre esse conhecimento científico e a experiência cotidiana.

Ao entrevistarmos um ativista e representante do Instituto Nacional Afro Origem (INAÔ) — uma organização que desempenha um papel estratégico no combate ao racismo — ele nos trouxe reflexões valiosas em mais de uma hora de gravação. Destacamos a seguinte fala dele: “precisamos entender que essas Políticas Públicas, principalmente as de conscientização, precisam iniciar na infância”, afinal a personagem trazia memórias e afetos da sua infância. A voz desse ativista cujo trabalho é amplamente reconhecido, torna-se essencial para expor o enraizamento dos valores estabelecidos pela branquitude e a naturalização do racismo estrutural e institucional.

É importante reconhecer que o preconceito e discriminação representam um grave problema que atinge em maior grau as crianças negras, pois estas sofrem de forma direta e cotidianamente injustiças, maus-tratos e até mesmo agressões. Essas adversidades não só prejudicam sua infância como também podem comprometer seu desenvolvimento

(Eliane dos Santos Cavalleiro, 2012). Em corroboração a isso, Tainara Batista Barros, Rita de Cássia de Souza e Maria Simone Euclides (2023) mencionam sobre a necessidade de combater o racismo com políticas públicas eficazes, especialmente nos primeiros anos da vida escolar das crianças.

As tessituras presentes no diálogo, entre mulheres pesquisadoras-documentaristas, sobre histórias de vida desde a infância e tipos de preconceito, frente ao cenário de gravação à beira do rio, cujo nome é Rio Negro, ficou sugestivo para ser a autobiografia em tempos de modernidade. A intenção era que o documentário tivesse voz própria e que as questões de discurso e voz não fossem tomadas no sentido literal, de impregnar à primeira vista imagens que remetessem a dor e sofrimento, mas, sim, uma história de lutas e conquistas em uma nova cidade.

Bill Nichols (2016) ressalta que o documentário fala do mundo por meio de sons e imagens, representando questões, aspectos, características do mundo histórico, com uma voz própria. Para o autor, compreender o impacto e a profundidade desse passado reside nos efeitos que ele provoca e na maneira como influencia ações e discursos no presente. Nessa perspectiva, o documentário não apenas alude simbolicamente o passado, mas busca representá-lo de modo direto e acessível. Assim, o foco da pesquisa-documentário em questão foi representar o contexto histórico inteligível ao espectador, não como uma alegoria, mas como construção narrativa com possibilidade de ver, ouvir e refletir sobre esse mundo vivido e experienciado pela personagem, dando forma audível e visível com as cores que ela dava nas questões de discurso e voz. Portanto, o aspecto está em compreender a força e afetos desse passado no registro audiovisual, e na maneira como se constituem para a personagem.

Sendo assim, um dos pontos cruciais da pesquisa-documentário foi a voz do filho da protagonista, um jovem de 17 anos. Suas palavras foram acompanhadas por imagens que gradualmente construíram, no imaginário dos espectadores, uma visão mais tangível de seus sentimentos ao dizer: “O racismo acontece, mas de forma disfarçada, tentando calar pessoas negras.”. Essa combinação narrativa reforça a mensagem, transmitindo de forma sensível os desafios enfrentados diariamente por pessoas negras.

O racismo não se manifesta apenas por meio de agressões verbais, mas, principalmente, de forma velada, pela negação e invisibilização de valores e direitos da população negra (Marlilia Ribeiro; Flavia Pinheiro Meireles, 2023). Ele se reinventa constantemente, mantendo um alto potencial destrutivo. Esse processo encontra na

educação um de seus pilares, já que o contexto didático transmitido ao longo das gerações perpetua a ideia de submissão de uma raça em relação a outra. Além disso, é elaborado para passar despercebido e estrategicamente estruturado, de modo a consolidar o racismo de forma implícita (Sandra Regina Marcelino Pinto, 2019).

Para complementar o ‘acaso’ à beira do Rio Negro, a família em questão tem um historiador de formação, que se predispôs a contextualizar, com profundidade, a maneira de ver e interpretar o mundo ao seu redor. Assim, a pesquisa-documentário estava se constituindo de forma instigante, com persuasão pela força do ponto de vista e pelo poder de sua voz de autoridade de conhecimento, experiência vivida e reflexões críticas significativas.

Sendo a câmera o terceiro sujeito/elemento, ela inibiu o professor/historiador, que preferiu se expressar por meio de imagens cedidas (disponíveis na web) e utilizar sua voz para retratar a causa. Ele contextualizou a liberdade dos negros e sua importância nas lutas abolicionistas, assim como suas conquistas profissionais, destacando as contribuições realizadas e o impacto positivo que elas trouxeram para a causa. Entre as figuras mencionadas pelo historiador, destaca-se Maria Firmina dos Reis, uma mulher negra que foi professora, escritora e uma referência na pauta abolicionista.

No conto *A Escrava*, Maria Firmina dos Reis faz de seu texto um instrumento de denúncia:

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e será sempre um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio, e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha; porque de frente altiva e desassombrada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na frente de todos nós (Reis, 2009, p. 242).

Reis (2009), ao tecer críticas a escravidão, apontava que ela apenas geraria consequências negativas, e sinalizava o quanto essa prática impediria o progresso da sociedade. Além disso, a escravidão era um retrato das violências sofridas pelos negros. As mulheres negras, em particular, foram ainda mais impactadas, enfrentando violências sexuais. Elas eram vistas como propriedade pelos senhores de escravizados, que as exploravam como objetos de desejo, essa submissão servia para reforçar o poder e o controle exercidos por seus opressores (Joyce Pereira Vieira, 2025). Em complemento a

isso, Bell Hooks (2019, p. 59) menciona que: “enquanto o racismo claramente foi o mal que decretou que pessoas negras seriam escravizadas, o sexismo foi o que determinou que o destino da mulher negra seria mais pesado, mais brutal do que o do homem negro escravizado”.

Na pesquisa-documentário, a discussão também acontece com o cenário que ali se apresentava, as relações possíveis que poderiam ter entre imagem, som e sujeito-personagem, para contar a história política de luta. É na ilha de edição que se redescobre a relação dialética com o espaço vivido, com os campos de afetos. Nesse processo de edição, não há roteiro que descreva a complexidade dos fatos, ou que seja capaz de alcançar a narrativa que estava aberta e que, aos poucos, todos que participaram foram se apropriando, atravessando e sendo atravessados pelas subjetividades uns dos outros.

Ao editar e revisar as gravações, observamos um rebocador coletor de resíduos sólidos passando. Um sentimento de tristeza pairou no ar e conectou-se com o que o historiador discutia sobre a escravidão: o ser humano não pode ser tratado como 'coisa' ou mercadoria, algo que remete à reflexão de Gonzalez (2020):

Nós negros estamos na lata do lixo da sociedade brasileira, pois assim determina a lógica da dominação [...]. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados [...], que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (Gonzalez, 2020, p.79).

A autora retrata o processo de marginalização enfrentado pelo povo negro na sociedade, resultado da construção social de um grupo dominante, que coloca as pessoas negras em posições de exclusão, inferiorização e descarte. Sua fala não apenas representa o rompimento do silenciamento imposto ao povo negro, mas também a voz de uma mulher negra, o que traz um simbolismo ainda maior, considerando as múltiplas opressões vividas pelas mulheres negras, não apenas pelo racismo, mas também pelo machismo, sexismo e patriarcado.

No processo de construção da pesquisa-documentário, remetemo-nos à base da constituição da sociedade capitalista brasileira, na qual, de acordo com Fernando Matozinhos Porfírio, Luiz Felipe Magnago Blulm e Ruth Stein Silva (2021) a mão de obra escrava foi utilizada no Brasil, desempenhando um papel central desde o plantio e cultivo da cana-de-açúcar até atividades de subsistência, como a pecuária para alimentação e tração animal. Além disso, foi fundamental para a lucratividade da atividade de mineração após a descoberta do ouro em Minas Gerais. O trabalho escravo

não apenas sustentou a economia, mas também foi crucial na construção, no desenvolvimento e na consolidação do Brasil colonial e atual.

Nesse contexto, conforme Mário Luiz de Souza (2022), o racismo se configurou como uma força social e uma das estruturas da sociedade brasileira, pois está inserido no desenvolvimento do capitalismo no país. Enquanto elemento superestrutural, ele mantém uma relação estreita com a base econômica da sociedade, favorecendo a burguesia em termos de força de trabalho, contribuindo para a privatização do Estado e naturalização tanto a exclusão social quanto a profunda desigualdade presente no Brasil.

Assim, para Patrícia Krieger Grossi *et al.* (2025) em uma sociedade na qual a lógica capitalista prevalece, a pobreza impacta de forma abrangente a vida de pessoas negras, de comunidades quilombolas, mas principalmente de crianças, idosos, jovens e de mulheres. Esse cenário intensifica as violações de direitos em vários níveis e possibilitando um processo de violência estrutural, sustentada por dinâmicas de opressão relacionadas a raça, etnia, classe social e gênero.

É nesse sentido que a pesquisa-documentário, convida a refletir sobre economia, em outros termos, como o processo de acumulação capital, em que somente os brancos ocupam os espaços privilegiados. Quando a protagonista, enquanto sujeito-personagem, relata seus “sonhos engavetados”, nada mais estava revelando, a divisão racial do trabalho, o desemprego desigual entre grupos raciais, o diferencial salarial entre brancos e negros, a reprodução – física e intelectual – precária da força de trabalho, ainda mais de uma mulher negra, de comunidade pobre, do Rio de Janeiro.

Dessa forma, Nichols (2016) menciona que em um documentário, destaca-se a existência de duas principais ênfases, uma vertente voltada para questões sociais e outra com foco no retrato pessoal. Ou seja, estávamos diante de uma voz política; a protagonista tornou-se via central para abordar questões sociais abrangentes e promover reflexões sobre desigualdade racial. Os documentários sobre questões sociais se alinham ao modo expositivo e ao momento inicial desta experiência sobre questões intersubjetivas e pesquisa-documentário. Já os retratos pessoais, por sua vez, tendem a se relacionar com os modos observativo ou participativo, além de abordarem debates contemporâneos sobre a política de identidade. No entanto, embora essa categorização contenha certa verdade, ambas as ênfases coexistem e atravessam o escopo representativo da linguagem audiovisual do documentário (Nichols, 2016).

Podemos dizer, com essa discussão, o que o próprio Marcius Freire (2011, p. 234) indagou “o que é o filme documentário se não um tecido de citações (imagético-sonoros, nesse caso) saídas dos milhares abrigos da cultura?”. Sentimos na experiência, que o trabalho de “costurar” as citações não é tão simples como até pode aparentar. Exigiu-se dos pesquisadores-documentaristas vivência da realidade, gravar mais de uma vez, dedicação, partilhar do mesmo espaço, estar em um mesmo sentido, na mesma ambiência e propósito, tanto no sentido das relações, como na composição dos fatos, ao ponto de fortalecer vínculos afetivos na turma (construção de amizade para além da disciplina).

De acordo com José Raul de Sousa e Simone Cabral Marinho dos Santos (2020), no meio acadêmico, o estudo qualitativo de fenômenos sociais acompanha pesquisas em várias áreas, gerando debates sobre métodos e técnicas. A pergunta inicial define o método adequado. Portanto, ao definir a pergunta inicial, os pesquisadores-documentaristas escolheram os métodos e técnicas que melhor se adequava ao objetivo do estudo, o que garantiu uma investigação rigorosa e significativa. Isso contribui para a produção de conhecimento relevante e aplicável, que pode informar políticas, práticas e futuras pesquisas na área.

Para a realização da pesquisa-documentário utilizou-se o recurso do audiovisual e uso de tecnologias (TDIC e potencialmente TES) como formas de engajamento, visto que o vídeo e áudio, se torna mais atrativo e interativo para diferentes comunidades, para além da acadêmica, trazendo em pauta que, hoje, os recursos tecnológicos permitem o acesso imediato.

Diante disso, consideramos que o processo vivido foi desafiador, ao descortinar e desconstruir a “verdade dos fatos”, principalmente ao (re)posicionar o olhar numa proposta de documentar narrativa(s) sobre fatos parciais, que não falseasse a história vivenciada na “dor da pele” e, tão pouco, desmerecesse a trajetória de luta, mas que trouxesse um posicionamento crítico, de que pessoas negras são humanas e fazem parte de um contexto econômico, político, psicossocial e cultural na sociedade e, que esta última, tem uma dívida histórica de pelo menos 500 anos no Brasil, com seus afrodescendentes.

Nesse percurso metodológico, as imagens cumprem o seu papel de evidenciar não somente a necessidade de políticas públicas afirmativas, mas que, quando se tornam audíveis, por meio de uma narrativa, para-se para pensar e refletir sobre os espaços profissionais que mulheres negras ocupam. Quando a protagonista, enquanto sujeito-

personagem, disse que veio do Rio de Janeiro para a cidade da região norte e, que a cidade se tornou ponte para a realização do sonho, a referida expressão em palavras não chama tanto atenção de forma escrita. Já no audiovisual é capaz de alcançar caminhos que aguçam a criatividade e novas conexões de interpretações e interações, revelando-se em novas narrativas que possibilitam diferentes identificações.

Carrijo, Rasera e Teixeira (2021) nos lembram sobre as questões de origem e de verdade das imagens, isto é, o uso e efeitos que elas induzem, além do tratamento ético que necessita dar, há outras questões que perpassam e atravessam em torno do direito ou não das divindades e do estatuto das que são reproduzidas. No caso desta pesquisa-documentário, onde um dos locais que foram gravadas algumas cenas, a beira rio, da cidade da região norte, no balanço do banzeiro, foi possível notar sons que ecoavam, como nos grilhões históricos da escravidão, sob um *devoir* de uma personagem, materializou seu caminho e caminhar, ao refletir a luz no final do túnel, naquele local, com todas as cores visíveis.

A parte metodológica da pesquisa-documentário tem uma abordagem qualitativa, segue os princípios éticos-acadêmicos e foi capaz de inferir sobre os fenômenos que integram a subjetividade. No decorrer da experiência, vimos que não há neutralidade, não somente pelo fato do sujeito-personagem (a protagonista) ser também pesquisador-documentarista, mas porque houve uma ação coletiva/democrática, a partir da concepção dialógica do projeto, em vários espaços de discussão, aqui apresentados. Houve o entrelaçamento das subjetividades e afetos de todos os envolvidos: as subjetividades se constituíam mutuamente, atravessando umas às outras, permitindo troca de ideias, partilha de experiência, leituras extras. Uma das relevâncias mais significativa com o aprendizado foi se constituir pesquisador-documentarista, em um espaço aberto de fala/escuta, rodeado de afetos e cuidados, em prol do projeto maior, que deu origem a disciplina.

O maior desafio foi aprender todo o conteúdo teórico e prático em 60 horas da disciplina, com encontros semanais de 4 horas. Consideremos esse tempo um ensaio para se tornar “verdadeiramente” um pesquisador-documentarista, pois há mais que aprender e melhorar, considerando que é uma experiência válida e possível, além do produto final ser mais consumível e palatável. Acreditamos que os meses da disciplina foram intensos e que foram extrapoladas as 60h quando se chega na ilha de edição, exaurindo muitas vezes as forças, mas o grupo era solidário e participativo e isso contribuiu para

efetivarmos o projeto e inspirar nossas práticas profissionais, estendendo para outras pessoas que interagimos dentro e fora da academia.

Considerações finais

O diferencial da experiência na disciplina foi o uso de uma estratégia transdisciplinar, democrática e coletiva, com um compromisso ético-político inerente e indissociável à pesquisa-documentário. Esse enfoque permitiu uma abordagem mais criativa, ampla e integrada, incentivando os estudantes a colaborarem entre si e a se envolverem de forma profunda nos temas abordados. Reconhece-se que a construção de cada um dos 9 projetos, mediados pelas TDIC, com potencial de TES, refletiu a diversidade de interesses e experiências dos estudantes, resultando em projetos únicos e significativos. Importa destacar que, desse grupo de discentes, havia apenas uma pessoa negra na sala, o que levanta reflexões sobre a representatividade e diversidade no contexto acadêmico.

O processo da disciplina permitiu a revisitação, elaboração e reelaboração de memórias afetivas, mobilizando ressignificações para a protagonista, criando condições para caminhos psicossociais mais saudáveis para as vivências de racismo, ressaltando o acolhimento que recebeu na cidade da região norte, as histórias de superação, vitórias e resistências.

A pesquisa-documentário oportunizou compartilhar as implicações do racismo na saúde mental, resíduos de inseguranças e preconceitos presentes na sociedade dividida entre negros e brancos. Ela entrelaça relatos históricos e falas de pessoas que viveram experiências similares, abordando questões de racismo e discriminação, com foco em aspectos de afeto e vivências compartilhadas, levantando questões sobre o poder das mulheres negras no combate às injustiças e desigualdades raciais, sociais e de gênero.

A produção da pesquisa-documentário foi uma experiência intensa, que exigiu dedicação e conhecimento teórico-metodológico, técnico, tecnológico e ético-político. Apesar das dificuldades, a apropriação da linguagem audiovisual se mostrou inovadora e acessível, tanto no processo de planejamento e execução, quanto nas oportunidades de divulgações. Sugere-se que universidades e outras instituições devam ampliar investimentos em recursos para formações em audiovisual e domínio das TDIC e TES

para promover inovações em diversas áreas do conhecimento, especialmente perante demandas sociais mais complexas e singulares, tal qual o fenômeno do racismo.

Referências

BAHIA, Bruno Cardoso de Menezes; SANTANA, Felipe Horácio Valente de Lucena; SIMPLICIO, Marilene Dutra. Racismo estrutural, educação e identidade: uma análise crítica sobre a formação social brasileira. *Cadernos de Pesquisa em Educação*, n. 58, p. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/43465>. Acesso em: 12 mar. 2025.

BARROS, Tainara Batista; SOUZA, Rita de Cássia de; EUCLIDES, Maria Simone. As políticas públicas para uma educação antirracista a partir das percepções e vivências de educadores/as infantis. *Perspectivas em Políticas Públicas*, v. 16, n. 32, p. 142-163, 2023. DOI: 10.36704/ppp.v17i32.8048. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistapp/article/view/8048>. Acesso em: 25 fev. 2025.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das letras, 2022.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias uma introdução ao estudo de psicologia*. 13. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

BORGES, Jéssica Angélica de Melo; PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo; CATARINO, Elisângela Maura. O Racismo e o Mito da Democracia Racial: Formas de Opressão a População Negra. *Revista Educação, Psicologia e Interfaces*, v. 7, n. 1, p. v5i1. 491-v5i1. 491, 2023. DOI: 10.37444/issn-2594-5343.v5i1.491. Disponível em: <https://educacaoepsicologia.emnuvens.com.br/edupsi/article/view/491>. Acesso em: 1 jul. 2025.

BOTELHO, Jaqueline. Racismo e luta antirracista no Brasil: uma análise necessária para o avanço da estratégia anticapitalista. *Trabalho Necessário*, v. 17, n. 34, p. 171-191, 2019. DOI: 10.22409/tn.17i34.p38049. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/38049>. Acesso em: 4 abr. 2025

BRASIL. Lei nº 14.874, de 28 de Maio de 2024. Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, p. 3, 29 mai. 2024.

CARRIJO, Gilson Goulart; RASERA, Emerson Fernando; TEIXEIRA, Flávia B. Aonde isso vai parar? Desafios éticos na pesquisa-documentário com travestis. *Cadernos Pagu*, n. 61, p. 1-13, 2021. DOI:10.1590/18094449202100610010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/XfxZqg5SGSLVcBYTr8FJk4H/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 5. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

COSTA, Eliane Silva; SCARCELLI, Ianni Regia. Psicologia, política pública para a população quilombola e racismo. *Psicologia USP*, 27(2), 357-366, 2016. DOI: 10.1590/0103-656420130051. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/Qx3cgLBtQrY8j3snQP8bn3J/?lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2025.

COSTA, Eliane Silva; SCHUCMAN, Lia Vainer. Identidades, Identificações e Classificações Raciais no Brasil: O Pardo e as Ações Afirmativas. *Estud. pesqui. Psicol.* Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 466-484, 2022. DOI: 10.12957/epp.2022.68631. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/68631>. Acesso em: 20 fev. 2025.

DE SANTANA, Wesquisley Vidal; NETO, Luiz Sinésio Silva; OSÓRIO, Neila Barbosa. Tecnologia social educacional para idosos, inovação e extensão universitária. *Humanidades & Inovação*, v. 8, n. 55, p. 9-18, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3356>. Acesso em: 18 fev. 2025.

DIOGO, Maria Fernanda; MAHEIRIE, Kátia. Uma breve análise da constituição do sujeito pela ótica das teorias de Sartre e Vygotski. *Aletheia*, Canoas, n. 25, p. 139-151, jun. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942007000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 mar. 2025.

EURICO, Márcia Campos. *Racismo na infância*. São Paulo: Cortez, 2021.

FREIRE, Marcius. *Documentário: ética, estética e formas de representação*. São Paulo: Annablume, 2011.

GOMES, Gabriella Masulo; COSTA, Gabriela da Silva Dias; REIS, Maria Carollina Padilha Montenegro. A realidade do trabalhador-estudante pelo olhar de quem vive em “trabalhar e estudar: subjetividades, lutas e afetos”. *Trabalho (En)Cena*, [S. l.], v. 9, n. Contínuo, p. e024040, 2024. DOI: 10.20873/2526-1487e024040. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/18979>. Acesso em: 26 mar. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Brasil. *Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03*. Brasília: MEC. Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005.

GOMES-SOUZA, Ronaldo; SAMPAIO, Cláudia Regina Brandão; TRAMONTANO, Marcelo Claudio. Psicologia Indígena, ou a construção de um lócus de mediação. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 41, p. 1-19, 2024. DOI: 10.1590/1982-0275202441e230090pt. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/bNnm4bcZDC3kwYZd3Mzsk9r/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

GONÇALVES, Mônica Mendes. Raça, racismo e saúde: entendendo velhos conceitos, construindo um novo mundo. In: MÔNICA, Lima. *et al.* (org.). *Pensar junto/fazer com: saúde mental na pandemia de covid-19*. Salvador: EDUFBA, 2021. *E-book*. pp. 375-403. ISBN: 978- 65-5630-521-9. DOI: 10.7476/9786556305219.0022. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7mj5q>. Acesso em: 15 dez. 2024.

GONZÁLES REY, Fernando. La categoría "personalidad": su significación para la psicología social. *Psicol. rev*, p. 37-53, 1997.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2020.

GROSFOQUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOQUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento ao diaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 55-77.

GROSSI, Patrícia Krieger *et al.* Mulheres quilombolas e políticas públicas: uma análise sobre o racismo institucional. *Diversidade e Educação*, v. 7, n. Especial, p. 121–132, 2019. DOI: 10.14295/de.v7iEspecial.9522. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9522>. Acesso em: 15 jan. 2025.

HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher?*. Tradução de Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. *E-book*.

LUCENA, Luiz Carlos. *Como fazer documentários: conceito, linguagem e práticas de produção*. São Paulo: Editora Summus, 2012.

MC REBECCA; SOARES, Elza. *A coisa tá preta*. Rio de Janeiro: Sony Music Brasil, 2020. 1 arquivo digital (2 min 2 seg). Disponível em: <http://smb.lnk.to/ACoisaTaPreta>. Acesso em: 10 ago. 2024.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Revista praxis educacional*, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 28 ago. 2024.

NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. Campinas: Papirus, 2016.

PINTO, Sandra Regina Marcelino. A perpetuação do racismo no século XXI e os casos de racismo “velado”. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 11, n. 28, p. 132–152, 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/721>. Acesso em: 17 mar. 2025.

PORFÍRIO, Fernando Matozinhos; BLULM, Luiz Felipe Magnago; SILVA, Ruth Stein. Os Lucros da Escravidão no Brasil e seu Impacto Econômico: Uma Abordagem Histórica dos Séculos XVI ao XIX. *Revista Pet Economia UFES*, v. 2, n. 1, p. 32-45,

2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/peteconomia/article/view/36453>. Acesso em: 19 mar. 2025.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula (romance); A escrava (conto)*. Edição comemorativa dos 150 anos da 1ª edição. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.

RIBEIRO, Marlília; MEIRELES, Flavia Pinheiro. Racismo velado nos atos discricionários de gestão e a saúde mental de servidoras negras de uma universidade federal do sudeste brasileiro. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 16, n. Edição Especial, 2023. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1602>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SILVA, Sara Evelyn Mota da; GOMES-SOUZA, Ronaldo; OLIVEIRA, Sérgio Sócrates Baçal de. Contribuições ético-políticas da pesquisa-documentário “A criança entre nós”: produção audiovisual na extensão universitária. *Conecte-Se! Revista Interdisciplinar de Extensão*, Belo Horizonte, v. 8, n. 17, p. 1-11, 2025. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/conecte-se/article/view/34499>. Acesso em: 4 abr. 2025.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. *Pesquisa e Debate em Educação*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020. DOI: 10.34019/2237-9444.2020.v10.31559. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>. Acesso em 27 ago. 2024.

SOUZA, Mário Luiz de. Capitalismo e racismo: uma relação essencial para se entender o predomínio do racismo na sociedade brasileira. *Revista Katálysis*, v. 25, n. 2, p. 202–211, maio 2022. DOI: 10.1590/1982-0259.2022.e84662. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/C6N8TfK97tq9XXbmgG9nJcv/?lang=pt>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SOUZA, Sueleen Thaísa Henrique *et al.* Vivência de Racismo Institucional por Mulheres Negras em Serviços de Saúde. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 16, n. 1, p. 1-14, 2024. DOI: 10.20435/pssa.v16i1.2568. Disponível em: <https://pssa.ucdb.br/pssa/article/view/2568/1681>. Acesso em: 25 mar. 2025.

TELLA, Marco Aurélio Paz. Identidades e estigmas. In: GARCIA, Renata Monteiro; SILVA, Marluce Pereira da. (Org.). *EJA, diversidade e inclusão: reflexões impertinentes*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018, v. 1, p. 141-150.

VIEIRA, Joyce Pereira. “A Escrava” (1887), de Maria Firmina dos Reis: as violências enfrentadas por mulheres negras na escravidão e seus ecos na atualidade. *DARANDINA REVISTELETRÔNICA*, Juiz de Fora, v. 17, n. 1, p. 31–47, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/darandina/article/view/44934>. Acesso em: 4 abr. 2025.

Recebido em abril de 2025.

Aprovado em julho de 2025.